



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO
FEDERAL
Gabinete
Assessoria Técnica

Ofício Nº 243/2021 - SEE/GAB/ASTEC

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2021.

Senhor Conselheiro-Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, reportamo-nos à **Decisão nº 1807/2020**, proferida no **Processo nº 8866/2015**, no qual esse Tribunal de Contas do Distrito Federal conduz a Inspeção para verificar possíveis irregularidades no cumprimento da carga horária de regência dos professores do Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília.

Na referida Decisão, tratada no âmbito desta Secretaria de Estado de Educação no Processo eletrônico nº 00080-00029475/2017-46, a egrégia Corte reitera o cumprimento dos itens não atendidos ou parcialmente atendidos das Decisões nº 1170/2016 e nº 3572/2018.

Cumprir esclarecer que, no ano de 2020, os esforços das áreas técnicas desta Secretaria foram direcionados aos estudantes da Rede Pública de Ensino, em tempo hábil, a fim de proporcionar-lhes a continuidade dos processos das aprendizagens por meio das plataformas virtuais em que foram disponibilizadas as aulas remotas, além da execução de outras ações de caráter educacional e alimentício.

Assim, em que pese a prorrogação concedida por meio da Decisão nº 4121/2020, de 23 de setembro de 2020, e os esforços despendidos pelas unidades técnicas desta SEE, não foi possível concluir a implementação das medidas necessárias ao cumprimento do determinado por essa Corte de Contas.

Por fim, solicitamos a essa egrégia Corte de Contas prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias, para a promoção das ações necessárias ao integral cumprimento da Decisão nº 1807/2020.

Submetemos nossas considerações a essa Corte de Contas e, no aguardo de posicionamento favorável à dilação pleiteada, colocamo-nos à disposição para prestar outros esclarecimentos, porventura, julgados pertinentes.

Respeitosamente,

FÁBIO PEREIRA DE SOUSA

Secretário-Executivo de Estado de Educação do Distrito Federal*

Excelentíssimo Senhor Conselheiro

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal

**Conforme delegação de competência na Portaria nº 314, de 10 de setembro de 2019, artigo 13, inciso IV.*



Documento assinado eletronicamente por **FABIO PEREIRA DE SOUSA - Matr. 0038772X**, **Secretário(a) Executivo(a)**, em 29/01/2021, às 11:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **55056078** código CRC= **6AFCE1D8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SBN Quadra 02 Bloco C - Edifício Phenícia - Bairro Asa Norte - CEP 70.040-020 - DF
3901-8149
Site: - www.se.df.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5210, de 27/05/2020

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: **8866/2015-e**
Rubrica:.....

PROCESSO Nº **8866/2015-e**

RELATOR : CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO


EMENTA : Inspeção realizada para verificar possíveis irregularidades no cumprimento da carga horária de regência dos professores do Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SE/DF.

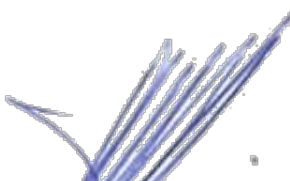
DECISÃO Nº 1807/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos Ofícios SEI-GDF nºs 1841/2019 - SEE/GAB (e-DOC 1A4BC963, peça nº 134) e 2585/2019 - SEE/GAB (e-DOC 0F5BD3B2, peça nº 140), encaminhados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF; b) da Informação nº 21/2020-DIASP2 (e-DOC BA9693BC-e, peça nº 144); II - considerar: a) atendido o item "II.h" da Decisão nº 1170/2016; b) parcialmente atendidos o item "II.i" da Decisão nº 1170/2016 e o item "IV.a.ii" da Decisão nº 3572/2018; c) não atendidos os itens "II.c.1", "II.c.2" e "II.e," da Decisão nº 1170/2016; III - reiterar ao titular da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF, devendo ser encaminhadas, no prazo de 90 (noventa) dias, informações acerca das medidas e procedimentos implementados para atendimento dos seguintes itens reiterados: a) os itens "II.c.1", "II.c.2" e "II.e", da Decisão nº 1170/2016, em sua integralidade, alertando o titular da pasta quanto à necessidade de que os aspectos exigidos nesses itens constem de forma permanente em seus normativos; b) o item "II.i" da Decisão nº 1170/2016, para que a SEE/DF: i) elabore relatório semestral contendo análise da carga horária dos professores lotados na Escola de Música de Brasília e a identificação daqueles que possuem carga horária alocada de modo ineficiente; ii) promova o aproveitamento dos docentes com carga horária alocada de modo ineficiente em unidades escolares que tenham carência para disciplinas equivalentes, conforme previsto no art. 8º da Portaria SE/DF nº 03, de 06/01/2020, ou normativo que vier a substituí-la; c) o item "IV.a.ii" da Decisão nº 3572/2018, de modo que o Sistema de Acompanhamento e Gestão Escolar - SAGE passe a abranger integralmente os procedimentos de gerenciamento das matrículas dos alunos e de escrituração escolar de todas as disciplinas previstas nas matrizes curriculares dos cursos ofertados pelo CEP/EMB, inclusive as disciplinas que compõem os "Grandes Grupos" e "Práticas de Conjunto", de modo a impedir que alunos sejam matriculados em disciplinas estranhas aos Planos de Curso e a garantir a padronização da nomenclatura das disciplinas; IV - autorizar: a) o encaminhamento desta decisão aos titulares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF e do Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília - CEP/EMB, para conhecimento e providências; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para os procedimentos pertinentes.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.

SALA DAS SESSÕES, 27 de Maio de 2020


João Batista Pereira de Souza
Secretário das Sessões


Anilcéia Luzia Machado
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 4851, de 16/03/2016

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: **8866/2015-e**
Rubrica:.....

PROCESSO Nº **8866/2015-e**

RELATOR : CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

EMENTA : Relatório de Inspeção N.º 1.2002.15-DIAUD2, realizada na Secretaria de Educação do Distrito Federal.

DECISÃO Nº 1170/2016

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Relatório de Inspeção nº 1.2002.15-DIAUD2; b) das considerações da então Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal, acostadas aos autos por meio do e-DOC 30C2D3E2-c; II - determinar à Secretaria de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias: a) atualize os Planos de Curso e as Matrizes curriculares dos cursos ofertados pela Escola de Música de Brasília, bem como elabore os referidos documentos para os cursos ainda não regulados, submetendo-os às autoridades competentes para fins de deliberação, abstendo-se de ofertar, nos Editais de Seleção Pública para ingresso de alunos, cursos que não estejam previamente aprovados pela autoridade competente, bem como deixe de ofertar disciplinas não integrantes dos Planos de Curso (Irregularidades 1 e 4); b) estabeleça os limites mínimos e máximos de alunos por turma para cada disciplina ofertada pela Escola de Música de Brasília, bem como implemente sistemática de alocação das turmas que garanta a maximização do aproveitamento das salas de aulas e dos horários disponíveis (Irregularidade 1); c) promova, com base em critérios técnicos: 1) a definição do quantitativo padrão de docentes por turma, para cada disciplina prevista na matriz curricular dos cursos ofertados; 2) a devida regulamentação da alocação de professores para exercer funções pedagógicas auxiliares (tais como “Orientador” e “Correpetidor”) em disciplinas de prática de conjunto, canto coral e similares (Irregularidade 1); d) adote medidas com vistas a impedir matrículas de um mesmo aluno em disciplinas distintas em dia e horário concomitantes (Irregularidade 1); e) adote medidas visando corrigir as distorções entre quantidade de alunos e docentes em disciplinas coletivas, tais como Orquestra e Prática de Conjunto, de modo a maximizar a utilização dos recursos disponíveis, reavaliando, por exemplo, o quantitativo de vagas ofertadas à população para ingresso na instituição (Irregularidade 1); f) altere os procedimentos de formação e distribuição de turmas da Escola de Música de Brasília, bem como a sistemática de realização de matrículas pelos alunos, de modo a corrigir as irregularidades existentes, tendo em vista a inobservância do normativo válido para toda rede pública, a ausência de regulamentação específica e a ofensa aos princípios da impessoalidade e da eficiência (Irregularidade 2); g) implemente, no âmbito da Escola de Música de Brasília, procedimentos gerenciais que propiciem o controle da alocação da carga horária dos docentes em atividade de regência, garantindo a distribuição eficiente da carga horária dos professores da instituição, a economicidade e o interesse público (Irregularidade 3); h) mantenha atualizado o documento de modulação da Escola de Música de Brasília, adotando medidas para garantir a fidedignidade e completude das informações registradas, tais como a realização da circularização dos registros constantes da modulação frente às informações das grades horárias individuais dos alunos e dos professores (Irregularidade 3); i) realize diagnóstico periódico da carga horária dos professores lotados na Escola de Música de Brasília para identificação daqueles que possuam alocação da carga horária em nível ineficiente, e promova o aproveitamento desses docentes em unidades

escolares em que haja carências de professores para disciplinas equivalentes (artes/música/outra similar), revendo, caso necessário, os normativos que regulamentam a matéria e que inviabilizam o exercício das atividades de um mesmo professor em unidades escolares distintas (Irregularidade 3); j) abstenha-se de realizar a alocação da carga horária de regência dos profissionais de magistério da Escola de Música de Brasília em atividades características de Coordenação Pedagógica, tais como “Afinação” e “Confecção de Material Didático”; ou que não possuam autorização prévia da autoridade competente, a exemplo de: “Madrigal”; “Recital Didático”; bem como coíba a realização de quaisquer outras alocações da carga horária de regência dos docentes que não estejam: 1) diretamente relacionadas com a ministração de aulas ou voltadas para o desenvolvimento dos alunos; 2) previstas nas Matrizes Curriculares dos Cursos ofertados na instituição; 3) devidamente formalizadas em Projetos Pedagógicos e aprovadas pelas instâncias superiores da SEDF à época dos procedimentos de distribuição e escolha de turmas (Irregularidade 4); k) estabeleça, no âmbito da Escola de Música de Brasília, limite máximo para alocação da carga horária de regência em Projetos Pedagógicos, observando critérios técnicos, tais como a proporcionalidade entre número de professores alocados e alunos participantes no projeto (Irregularidade 4); III - encaminhar cópia do Relatório de Inspeção nº 1.2002.15-DIAUD2 e desta decisão ao Governador do Distrito Federal, à Secretaria de Educação do Distrito Federal, à Procuradoria de Educação do MPDFT, ao Conselho de Educação do Distrito Federal e à Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal para conhecimento; IV - retornar o feito à Secretaria de Auditoria, para os devidos fins.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA.

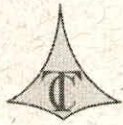
SALA DAS SESSÕES, 16 de Março de 2016



Olavo Medina
Secretário das Sessões



Antonio Renato Alves Rainha
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5056, de 24/07/2018

TCDF/Secretaria das Sessões

Folha:.....

Processo: 8866/2015-e

Rubrica:.....

PROCESSO Nº 8866/2015-e

RELATOR : CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

EMENTA : Inspeção realizada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal com o objetivo de avaliar o cumprimento da Decisão nº 1170/2016 e apurar denúncia encaminhada ao Tribunal, referente a irregularidades no cumprimento da carga horária de regência de classe dos professores do Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília (CEP/EMB).


DECISÃO Nº 3572/2018

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - conhecer: a) do Ofício nº 2127/2017 - GAB/SE/DF; b) do Relatório de Inspeção nº. 1.2007-17 - DIAUD2; c) dos demais documentos eletrônicos acostados aos autos; II - considerar: a) atendida a deliberação do item II.k da Decisão nº. 1170/2016; b) parcialmente atendidas as deliberações constantes dos itens II.b e II.i da Decisão nº. 1170/2016; c) não atendidas as deliberações constantes dos itens II.a, II.c, II.d, II.e, II.g, II.h, II.j da Decisão nº. 1170/2016; d) prejudicado o item II.f da Decisão nº. 1170/2016; III - reiterar o cumprimento dos itens II.b, II.c, II.d, II.e, II.g, II.h, II.i e II.j da Decisão nº. 1170/2016; IV - determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que: a) em reiteração ao item II.â da Decisão nº 1170/2016, abstenha-se de ofertar: i) nos Editais de Seleção Pública para ingresso de alunos do CEP/EMB, cursos que não possuam Plano de Curso e Matriz Curricular previamente aprovados pela autoridade competente da SE/DF ou pelo CEDF, conforme o caso; ii) aos alunos do CEP/EMB, disciplinas não integrantes dos Planos de Curso oficialmente aprovados, bem como padronize, de imediato, a nomenclatura das disciplinas, conforme os Planos de Curso; b) aperfeiçoe os procedimentos de formação das turmas do CEP/EMB, observando os princípios da eficiência e da economicidade, bem como as seguintes diretrizes: i) abster-se de realizar a abertura de novas turmas enquanto não for atingido o limite máximo de alunos em turma similar (a saber: disciplina, nível e turno equivalentes); ii) abster-se de realizar a abertura de turmas coletivas com apenas um aluno ou abaixo dos limites mínimos fixados, exceto em situações excepcionais e expressamente justificadas/comprovadas; iii) ampliação dos limites mínimos e máximos de alunos por turma em relação ao referencial estabelecido na Estratégia de Matrícula de 2017 e 2018, principalmente para as turmas teóricas e coletivas; c) adote medidas de controle para garantir que a distribuição da carga horária de regência dos professores do CEP/EMB seja realizada em estrita observância aos procedimentos previstos na Portaria SE/DF nº 445/2016 e demais normativos aplicáveis, de modo que a alocação de carga horária de regência em atividades complementares somente ocorra após concluída a distribuição da carga horária de todos os docentes para todas as turmas de disciplinas regulares (constantes de Matriz Curricular devidamente aprovada); d) devido à lacuna normativa referente à alocação das horas de regência em unidades escolares que ofertam Educação Profissional, adote medidas para regulamentar especificamente a duração da hora/aula, a quantidade de aulas semanais a serem ministradas e a carga de regência semanal exigida nesses casos, de modo a garantir a utilização integral das horas de regência semanal dos profissionais de magistério alocados nessas unidades escolares, conforme previsto nos artigos 9º e 10 da Lei nº. 5.105/2013 e demais normativos específicos; e) abstenha-se de realizar alocação de carga horária dos docentes do CEP/EMB para atividades como "Estudo Orientado", "Estudo de Recuperação" ou similares, enquanto não houver prévia formalização e aprovação de Projeto Pedagógico, o qual deve conter parâmetros mínimos para sua realização, tais como: i) identificação dos recursos necessários à sua realização (quantitativo de professores); ii) público-alvo (quantidade de alunos atendidos); iii) objetivo das atividades e seu detalhamento (carga horária semanal); iv) avaliação de custo-benefício da atividade; f) estabeleça mecanismos sistemáticos de controle gerencial no sentido de impedir que professores que também são alunos de Centros de Educação Profissional, em especial do CEP/EMB, sejam matriculados em turmas cuja aula ocorre durante turno(s) em que o docente deva cumprir sua jornada de trabalho; V -

determinar, ainda, à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que instaure Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do inciso II do art. 212 da Lei Complementar nº 840/2011: a) c/c o art. 59 da Portaria SE/DF nº 446/2016, com vistas apurar possível infração disciplinar cometida pela equipe gestora do CEP/EMB ao dar continuidade ao Projeto Pedagógico Madrigal de Brasília e à respectiva alocação de professores durante os semestre letivos 2º/2016 e 1º/2017, à revelia de manifestação contrária da Diretoria de Educação Profissional (fl. 26 do Processo nº 084.000.277/2016); b) com vistas a apurar a conduta dos professores do CEP/EMB indicados no Quadro 10, tendo em vista a matrícula desses professores em disciplinas em horários concomitantes ao turno de trabalho, acarretando desvio da jornada de trabalho prevista no art. 9º da Lei 5.105/2013; VI - autorizar a audiência, nos termos do art. 43, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, a ser processada em autos apartados, dos responsáveis a seguir indicados, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativas, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, incisos II e III, da referida Lei: a) dos responsáveis indicados no Quadro 2 do Relatório de Inspeção nº. 1.2007-17 - DIAUD2, no que tange à oferta de disciplinas em desacordo com a organização curricular (irregularidade apontada no Quadro 1 do referido relatório de inspeção); b) dos responsáveis indicados no Quadro 8 do Relatório de Inspeção nº. 1.2007-17 - DIAUD2, em razão da continuidade da alocação de carga horária de professores na atividade "Madrigal" a despeito desse Projeto não possuir autorização formal para ocorrer, conforme requerido nas seguintes normas: art. 13 da Portaria SE/DF nº 444/2016; art. 105 da Portaria SE/DF nº 445/2016 e do art. 80 da Portaria SE/DF nº 27/2016 (irregularidade apontada no Quadro 7 do referido relatório de inspeção); c) dos responsáveis indicados no Quadro 12 do Relatório de Inspeção nº. 1.2007-17 - DIAUD2, em razão de falhas na supervisão e controle do exercício da jornada de trabalho dos docentes do CEP/EMB indicados no Quadro 10 do referido relatório (irregularidade apontada no Quadro 11); VII - encaminhar cópia desta decisão e do relatório/voto do Relator à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e à Procuradoria de Educação do MPDFT; VIII - autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Auditoria, para as devidas providências.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

SALA DAS SESSÕES, 24 de Julho de 2018


José Valdirio Da Silva
Secretário das Sessões


Anilcéia Luzia Machado
Presidente